

EDITORIAL

Em 31/12/2010 encerrou-se o segundo mandato do Governo do Presidente Lula, que chegou ao Poder carregando a esperança de milhões de brasileiros por mudanças em suas condições de vida e de trabalho. Muitas eram as expectativas relacionadas à ampliação das conquistas asseguradas na Constituição de 1988, como a efetivação de políticas sociais em direção à universalização de suas ações e na garantia dos direitos sociais. Contudo, as mudanças foram tímidas. Assim como revelam as diversas interpretações sobre a Torre de Babel, que ilustra a capa deste número, na bela obra de Pieter Brueghel (1563), associada à origem da confusão, ou à existência de muitas e distintas línguas, pode-se relacionar às diversas linguagens emanadas do Governo concluído em dezembro de 2010. Na área social, ainda que os órgãos oficiais e institutos de pesquisa anunciem alteração de indicadores sociais nos últimos anos, estes ainda são reveladores de acentuada desigualdade e pobreza. A proteção social, acompanhando a tendência da região latino-americana, deu centralidade aos programas focalizados e condicionados de transferência de renda, em detrimento de políticas sociais universais. Ainda é significativo o percentual de famílias que carece de moradia digna, que amplia a sua inserção laboral na área de serviços, que mantém sua renda média abaixo de 1/2 salário mínimo. Do ponto de vista econômico, a manutenção de política apoiada em fundamentos liberais se evidencia com o favorecimento do setor privado na prestação de serviços em diversas áreas do campo social, como também, por meio de incentivos fiscais e renúncias tributárias.

Desta forma, o tema desta Revista tem o objetivo de suscitar análises sobre os padrões, avanços, retrocessos, características, perspectivas e limites colocados para a política social brasileira

nos oito anos de governo do Presidente Lula. Os artigos aqui publicados trazem análises sobre o formato, a abrangência, a dinâmica e os sujeitos mobilizados para a materialização da política social durante esse período. Para alguns dos autores, as políticas sociais avançaram. Já outros registram os limites que tiveram no contexto do desenvolvimento socioeconômico do país no período do referido governo.

No primeiro artigo destacam-se as políticas sociais no padrão de mudanças ocorridas no Brasil nos últimos anos. Para o autor Marcio Pochmann, o Governo Lula representou a retomada do projeto nacional de desenvolvimento, apoiado na política social, com a inédita combinação do crescimento da renda nacional per capita com a redução da desigualdade pessoal na renda e convergência econômica e política de eventos governamentais direcionados justamente à base da pirâmide social brasileira. No segundo texto, sobre a perspectiva histórica da política social no governo Lula, Eduardo Fagnani destaca que a trajetória da proteção social brasileira insere-se numa longa fase de tensões entre paradigmas (Estado Mínimo versus Estado de Bem-Estar Social) observadas no período entre 1990 e 2002. Essas fricções, intensas nessa quadra, permaneceram vivas entre 2003 e 2005 e arrefeceram entre 2006 e 2010. De acordo com o autor, a política social do Governo Lula compreende duas etapas bem definidas. Uma marcada pela manutenção da ortodoxia econômica, e outra, marcada pela crise financeira internacional que mitigou a hegemonia do pensamento neoliberal e a agenda do “Estado Mínimo”. Por consequência, o crescimento econômico voltou a ter destaque na agenda do governo, proporcionando a melhoria do mundo do trabalho e a ampliação do gasto social.

O terceiro artigo, de autoria de Gisele Silva, analisa a relação entre o fundo público e o capital que porta juros no governo Lula, investigando a repartição dos recursos entre a reprodução social da classe trabalhadora, por meio de políticas sociais, e a remuneração

do referido capital [que porta juros], por meio da dívida pública. A autora destaca que a continuidade da Desvinculação de Recursos da União (DRU) durante o governo Lula, alocando recursos do fundo público para o superávit primário, implicou na promoção da transferência de recursos – que deveriam financiar e ampliar as políticas de Seguridade Social – para financiar a dívida pública. Com isso, o fundo público, financiado de forma regressiva, passa a ser canalizado de forma direta para alimentar o mercado financeiro, sendo que os maiores detentores da dívida pública hoje são as instituições financeiras.

Para Ellen Tristão, autora do artigo “A opção neoliberal do primeiro mandato do governo Lula”, a análise das políticas econômica e social durante o período demonstra a clara opção neoliberal, a qual se manifesta por meio da desregulamentação financeira, reformas estruturais (como a da previdência) e políticas sociais compensatórias. Estas, além de não terem o status de direito, segundo a Constituição Federal de 1988, ainda servem mais ao capital que ao trabalho. Para autora, a opção pela política neoliberal adotada no primeiro mandato do Governo Lula sinaliza de forma explícita a classe a qual viria a servir, a dos capitalistas, coroando o princípio neoliberal de Estado mínimo para o trabalho e Estado máximo para o capital.

O quinto artigo, de autoria de Taíla Rodrigues e Evilasio Salvador, analisa as implicações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para as políticas sociais, visto que são previstas em suas ações medidas de desoneração tributária, com a diminuição dos recursos arrecadados para o fundo público, e medidas institucionais que enfraquecem os direitos sociais. Para os autores, o PAC se apropria indiretamente de parcelas dos recursos do Estado que seriam destinadas às políticas sociais e contribui para a manutenção da política econômica ortodoxa vigente de priorização do pagamento dos serviços da dívida (juros e amortização). As medidas institucionais previstas no PAC,

como a reforma tributária e a instituição do fundo de pensão dos servidores públicos, fragilizam os direitos sociais e, além disso, as desonerações concedidas retiram recursos das políticas de Seguridade Social e da educação.

O penúltimo artigo temático, de autoria de Arriane Paiva e Lenaura Lobato, analisa a institucionalização recente da política de assistência social a partir do papel e das ações do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), para a implementação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) por meio do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). As autoras demonstram o papel protagônico do órgão federal na construção do SUAS, bem como sua contribuição para a institucionalização da política de assistência social. A primeira seção da revista encerra-se com o artigo de Pedro Athayde, que discute o lugar do social na política de esporte do Governo Lula. Para o autor, apesar do Governo Lula ter se diferenciado de seus predecessores ao consolidar efetivamente uma política nacional para o setor, os direcionamentos dados às políticas econômicas e sociais pelo projeto de desenvolvimento trataram de afastar o esporte de seu conteúdo social, priorizando sua manifestação hegemônica e as ações que estivessem vinculadas à política macroeconômica.

Além de trabalhos sobre a temática específica, a revista traz dois artigos sobre temas livres que são afins à política social. O primeiro, de Raquel Gentili, contém uma contribuição ao debate atual sobre subjetividade e saúde mental em face da estrutura da desigualdade social no Brasil. A autora problematiza as dificuldades que o Serviço Social ainda enfrenta para realizar um diálogo sobre esse campo temático nos marcos de uma perspectiva social crítica, de modo a contribuir de forma mais efetiva nos rumos da Política de Saúde Mental atual e a aprofundar a reflexão profissional sobre subjetividade e saúde mental

O segundo artigo, de autoria de Thiago Brandão, discute a relação entre a previdência social no serviço público e os programas de preparação para a aposentadoria. O texto identifica que as sucessivas reformas da previdência social ocasionaram a opção pela aposentadoria precoce por parte de muitos trabalhadores que sentiram os efeitos de uma aposentadoria sem preparação.

Desejamos que a Revista SER Social possibilite o aprofundamento da reflexão e debate sobre as políticas sociais no Governo Lula.

A todos/as, boa leitura!

Evilasio Salvador e Rosa Helena Stein
Editores